

## OLHARES SOBRE O DESENVOLVIMENTO NO MARANHÃO: contradições na implantação dos “grandes projetos”.

Valderiza Barros<sup>1</sup>  
Carmem Barroso Ramos<sup>2</sup>  
Alanildo Gomes Guimarães<sup>3</sup>

### Resumo

O referido trabalho mostra como o “desenvolvimento” por intermédio dos “Grandes projetos” tem atingido populações tradicionais no Maranhão. Nossa intenção é extrair algumas lições revisitando as pesquisas realizadas pelos pesquisadores que ora se apresentam nas ciências sociais, através de pesquisa bibliográfica. O estudo, para fins da delimitação, se baseará na análise de três contextos, segundo suas práticas e implicações sócio-culturais e ambientais no Estado: a expansão da soja no Baixo Parnaíba Maranhense, o turismo no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses e o extrativismo do babaçu pelas quebradeiras de coco. Buscamos compreender os processos de transformação, suas contradições e suas potencialidades.

**Palavras-chave:** desenvolvimento regional, populações, movimentos.

### Abstract

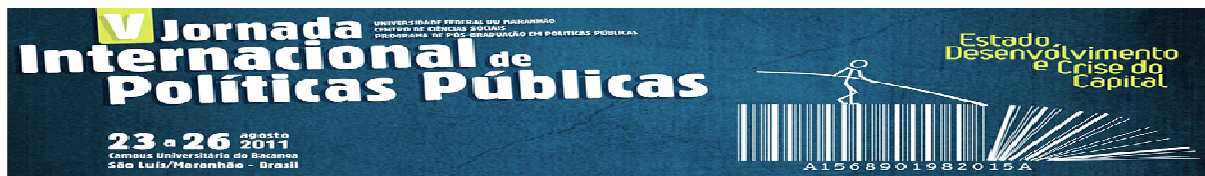
This work shows how the "development" through the "Large projects" has reached the traditional populations in Maranhão. Our intention is to draw some lessons from revisiting the research conducted by researchers at times present themselves in the social sciences through literature search. The study, for purposes of the definition would be based on analysis of three contexts, according to their practices and broader socio-cultural and environmental Status: expansion of soybeans in the Lower Parnaíba lands of tourism in the National Park of Yosemite National Park and the extraction of babassu by the coconut. We seek to understand the processes of transformation, its contradictions and its potential.

**Keywords:** regional development, population movements.

<sup>1</sup> Mestranda.Universidade Estadual do Maranhão – UEMA. [valderizab@yahoo.com.br](mailto:valderizab@yahoo.com.br)

<sup>2</sup> Especialista.Universidade Estadual do Maranhão – UEMA. [carmembarr@ig.com.br](mailto:carmembarr@ig.com.br)

<sup>3</sup> Especialista.Universidade Estadual do Maranhão – UEMA [alanildo@ifma.edu.br](mailto:alanildo@ifma.edu.br)



## 1. INTRODUÇÃO

O Brasil viveu no século vinte um período de expansão capitalista que coadunou com o milagre econômico e posteriormente entrou em crise fruto do resultado histórico do desenvolvimento do capitalismo.

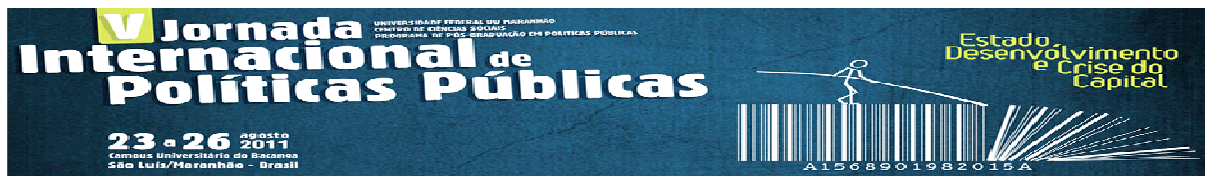
O núcleo industrial brasileiro foi criado com base na expansão da procura global a partir da indústria têxtil e alimentícia. Assim, passou a predominar três setores dentro da economia: economia de subsistência, atividades ligadas ao comércio exterior e produtos manufaturados ligado ao mercado interno.

O Maranhão tem sido cenário para vários investimentos ao longo desses anos, através dos chamados “grandes projetos de desenvolvimento”<sup>4</sup> chegando mesmo a ter uma contribuição significativa para o equilíbrio da balança comercial, porém esse equilíbrio não tem possibilitado a igualdade de distribuição de renda tão necessária pra melhoria da qualidade de vida das populações que lhes apresentaremos.

Mesquita (2008) afirma que o desempenho econômico em patamar acima das médias regional e nacional não tem sido suficiente para mudar o quadro de pobreza em que o Maranhão permanece há gerações no cenário nacional (Cadernos IMESC, 2008). Por isso, alguns questionamentos são relevantes para o desenvolvimento dessa reflexão neste estudo<sup>5</sup>: Primeiramente, de qual modelo de desenvolvimento estamos falando? Qual o sistema econômico direcionador dessas experiências? Quais experiências de desenvolvimento implantadas no Maranhão (Baixo Parnaíba; Barreirinhas, micro região dos lençóis)? Qual o desenvolvimento e para quem? Poderíamos nesse momento levar em consideração em contra posição ao agronegócio, o Movimento das quebradeiras de

<sup>4</sup> O exemplo do Projeto Grande Carajás que compreende a implantação da ALCOA-ALUMAR, VALE DO RIO DOCE e, mais recentemente a Refinaria *Premium*-PETROBRÁS e o projeto de exploração do Gás natural em Capinzal do Norte-MA, além dos projetos de agronegócio e monocultura de commodities.

<sup>5</sup> Trata-se um artigo baseado em pesquisa bibliográfica.



coco babaçu? Nossa intenção é extrair algumas lições revisitando os estudos realizados pelos pesquisadores que ora se apresentam nas ciências sociais.

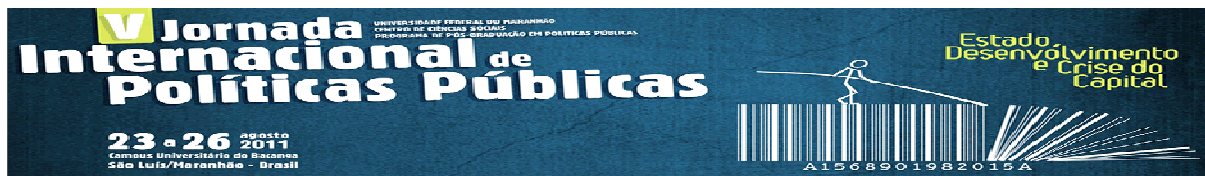
## 2. DESENVOLVIMENTO REGIONAL (no) e (para) o MARANHÃO: análise de experiências de “desenvolvimento” implantadas.

O significado de desenvolvimento é carregado de contradições. A busca por tentar compreendê-lo passa também pelas discussões sobre as origens da desigualdade entre os homens e seus espaços de viver e trabalhar. De acordo com Castro-Gómez (2005) a atual reorganização global da economia capitalista se apóia na produção de diferenças. Produção essa calcada naquilo que Habermas (1982), chamou de *projeto da modernidade*, assim mostrando a gênese dos fenômenos sociais relacionado a formação dos estados nacionais e a consolidação do colonialismo. Esse tal *projeto da modernidade* submeteu a vida do homem sob a direção do conhecimento. Essa idéia se encontra com a idéia do domínio sobre a natureza através da ciência e técnica profetizada por Bacon<sup>6</sup>.

No cerne da temática sobre desenvolvimento, emerge o debate sobre a questão regional, assunto que Gramsci (1987) descreve sobre a *questão meridional* quando observa as diferenças entre o norte e o sul da Itália. O norte, região industrializada e o sul, região agrícola, a política estatal contribui para reforçar essa diferença apoiado nos interesses do bloco industrial-agrário, consolidado após a unificação do país. Gramsci percebe o papel da superestrutura e da base econômica de seu país. Como observa Oliveira (1982), contradições entre regiões pode transformar-se em contradições entre classes.

Sobre o conceito de região, mais uma vez Oliveira (1982) afirma que é o espaço onde se imbricam dialeticamente uma forma especial de reprodução do capital e, por conseqüência, uma forma especial de luta de classes, onde o econômico e o político se fusionam e assumem uma forma especial de aparecer no produto social e nos pressupostos da reposição. A tendência é das regiões desaparecerem sob o efeito da homogeneização das relações de produção, mas esta tendência nunca chega a se materializar, pois a reprodução do capital é, por definição, desigual e combinado.

<sup>6</sup> <http://www.mundodosfilosofos.com.br/filosofiacontemporanea>. acesso em 15 de março 2011.



Oliveira (1982) observa que o reconhecimento da região nordeste tem sofrido mutações no curso da história econômica e social nacional. O nordeste passa a ser reconhecido como região somente em meados do século XIX e, sobretudo, neste século. Assim são construídos vários “nordestes” desde o nordeste açucareiro, algodoeiro-pecuário-oligárquico, na decadência desses dois surge o nordeste das secas que é seguido pelo nordeste da SUDENE.

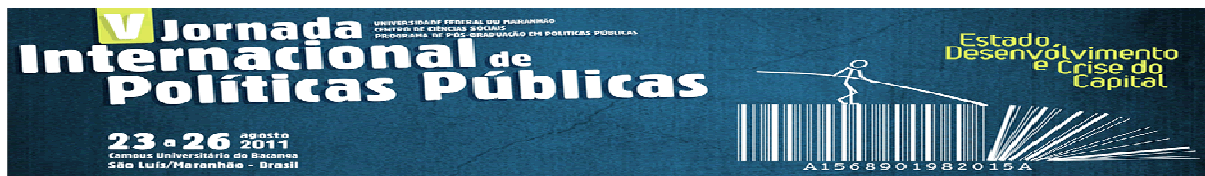
O desenvolvimento brasileiro de acordo com Araujo (2000) tem três grandes heranças: a primeira é a ocupação litorânea, marcante também no nordeste. A segunda herança é a diversidade brasileira com seis biomas (Amazônia, caatinga, cerrado, pantanal, mata atlântica e pampa) que se valorizarmos seremos capazes de mudar o Brasil. Sobre essa diversidade estabelecemos bases produtivas. Outra grande diversidade é a cultural. Somos uma sociedade miscigenada. Essa diversidade se traduz nas formas de ver o mundo, nas manifestações culturais nas diferentes tradições. A terceira grande herança é a da excessiva concentração econômica. Pois no século vinte resolvemos ser potencia industrial, concentrando-se na região sudeste.

Há uma dupla leitura no que concerne às regiões, segundo Araujo (2000) uma é feita pelos agentes globais, que trata das regiões do mundo como palco de suas operações, a outra são regiões tratadas como construções sociais. O nordeste como um processo de ocupação humana específica e identitária trabalha essas duas leituras de forma salutar. Devem ser pensados projetos para costurar essas duas realidades.

O desenvolvimento deste estudo, para fins de delimitação, se baseará na análise de três contextos, segundo suas práticas e implicações sócio-culturais e ambientais no Estado do Maranhão: a expansão da soja no Baixo Parnaíba, o turismo no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses e o extrativismo do babaçu pelas quebradeiras de coco, este último como exemplo de alternativa ao grande capital no Estado.

### **3. Projetos de desenvolvimento no Maranhão: contextos, implicações sócio-culturais e resistência**

O Estado nos pressupostos marxistas de acordo com Buonicore (2003) é uma organização que visa garantir a dominação de uma classe sobre a outra. A expansão da



soja no Baixo Parnaíba Maranhense<sup>7</sup> é uma situação emblemática para analisar essas questões porque têm componentes das mais diversas naturezas: socioespacial e econômico-político, principalmente sobre a ingerência do Estado no levante do capitalismo. É histórico que a base econômico-agrária nessa região aliava produção de arroz, criação de animais e coleta de frutos, e isso perdurou durante séculos o que hoje chamam de agricultura familiar.

Todavia, o novo contexto é diferente. A mundialização econômica inseriu este espaço classificado Baixo Parnaíba como ator da dinâmica produtiva do agronegócio da soja no estado do Maranhão. Como bem identifica Araujo (2008), a consolidação da globalização é uma macrotendência mundial. Os diversos cenários apontam que o Brasil já está e estará entre as principais economias do planeta neste século XXI, e inegavelmente, a base econômico-produtiva do país, histórica e social comprovada, está fundamentada, porém não exclusiva, na atividade agroexportadora, mas na monocultura sim. Corroboramos com Bacelar quando diz que:

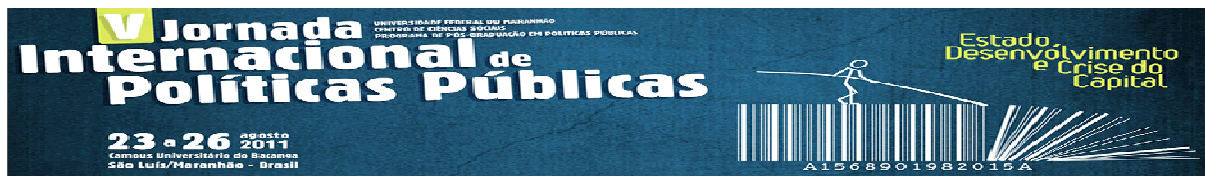
Há uma literatura sobre a globalização meio fatalista: que a vê como um processo irrevogável ao qual temos de nos subordinar. Gosto da reflexão de que a globalização é um processo contraditório. Há lugares que interessam mais aos agentes globais do que outros, e cada um se inserem a partir de seu projeto. Há possibilidade de distintas resultantes. A globalização, como é desigual, contraditória, não tem resultante predeterminada, depende de como nos inserimos no processo. Portanto, há espaço para as iniciativas nacionais e regionais. (ARAUJO, 2008)

Pensamos que essa “dita” globalização é construída histórica e socialmente, e que os processos contraditórios emergiram dos sujeitos locais ou mesmo regionais.

É previsível, sem dúvida, que os plantios de soja e de outras monoculturas nos cerrados maranhenses causem impactos na biodiversidade e na saúde humana. O plantio de monoculturas força o convívio das populações tradicionais<sup>8</sup> com produtos químicos e seduz essas populações para o consumo de bens industrializados.

<sup>7</sup> A chamada região do Baixo Parnaíba apresenta-se como o novo pólo agrícola do Estado do Maranhão. Entre os municípios de Chapadinha, Anapurus, Mata Roma, Brejo, Buriti e Santa Quitéria, a cada ano a produção de soja bate recorde (IBGE, 1990/2004).

<sup>8</sup> “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam o território e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitido pela tradição”. (DECRETO Nº 6.040,2007).



Mas, observamos que o “capitalismo predador”, também vem atacando em outras frentes, se por um lado, produz monocultura também necessita vender divertimento, afinal às pessoas precisam sonhar, nem que seus sonhos invadam a cultura e o mundo de outras pessoas.

O turismo é uma atividade emblemática do capitalismo contemporâneo, Barretto (2004) aponta que a atividade do turismo coloca em contato pessoas que não enxergam a si mesmas como pessoas, mas como portadoras de uma função precisa e determinada: uns trazem dinheiro com o qual compram os serviços do outro. O primeiro é consumidor, o outro, parte da mercadoria. Esta nova relação leva o afastamento dessa comunidade de suas antigas tarefas ou mesmo dos seus modos de vida, levando-as a desestabilização dos contextos socioeconômicos tradicionais. Reiteramos que projetos de desenvolvimento com viés mercadológico ameaçam a reprodução física e social dessas comunidades, pois não leva em consideração o contexto cultural dessa população.

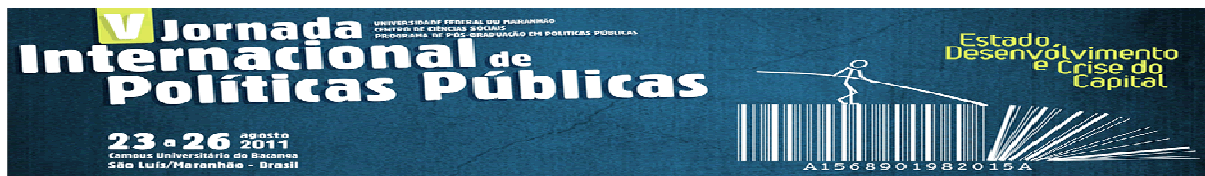
O desenvolvimento do turismo em Barreirinhas<sup>9</sup> no Maranhão como parte da reprodução do capital, o que, na visão de Lenin e Trotski, é por definição desigual e combinada, afeta as comunidades de Boa Vista e São Domingos, foco também de nossas investigações. Dessa forma a expansão do turismo provoca uma sensível alteração na vida cotidiana desses segmentos sociais, pois a visão de lucro impregnada no mercado imobiliário e demais serviços que fazem parte do mercado do entretenimento condicionam novas relações.

Nesse contexto no enfrentamento das situações acima apresentadas há movimentos e grupos sociais preocupados com sua condição de sobrevivência dentro da região. Estes grupos vêm lutando há muito tempo contra a força coercitiva do modelo de desenvolvimento capitalista que se espalhou em todo o nordeste. Entidades públicas e comunitárias da região maranhense em questão vêm tentando desenvolver projetos nos diversos municípios com a proposta de sensibilizar as comunidades sobre a biodiversidade do cerrado e o que isso representa para a saúde pública e para a segurança alimentar das populações tradicionais. Isso é possível, necessário e já

---

<sup>9</sup> A área foco de nosso estudo está situada na mesorregião norte maranhense e microrregião dos Lençóis maranhenses com área de 10.314 quilômetros quadrados que é composta de seis municípios: Barreirinhas, Humberto de Campos Paulino Neves, Primeira Cruz, Santo Amaro do Maranhão e Tutóia (IBGE-Regiões). Sendo que o espaço em estudo se encontra em rápida transformação.





acontece. A Sociedade Maranhense de Direitos Humanos defende uma intervenção interinstitucional no sentido de:

Impulsionar o desenvolvimento humano e sustentável que exige uma mudança de valores e de práticas que são resultantes de uma ampla, persistente e progressiva articulação das forças que atuam em nível local, conformando redes sociais em torno de objetivos estratégicos comuns de garantia dos direitos humanos e de afirmação da cidadania. O desencadeamento da formação de redes sociais em nível local requer que assumamos o desafio de provocar os setores populares a assumirem seu papel de sujeito de direito e agente de mudanças, compreendendo-se que a mudança social é uma responsabilidade da sociedade. (SMDH, 2005).

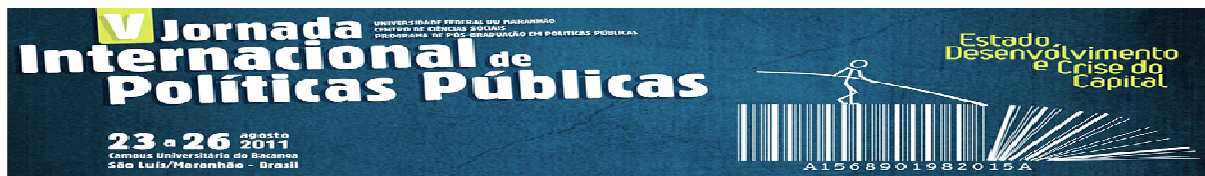
No Maranhão a implantação dos grandes projetos de desenvolvimento resultou segundo Almeida (2006), em deslocamentos compulsórios de povos inteiros que resistiram, e agora se unem sob uma condição semelhante e provoca o advento de uma identidade coletiva: atingido, impactado, expropriado, quebradeira, quilombolas, pescadores etc. Almeida (2006) afirma que o processo de auto-definição desses grupos esclarece a construção social da identidade coletiva. As pessoas escolhem aqueles termos que melhor designam a sua situação e condição coletiva.

Na discussão acima, perpassa o debate sobre populações tradicionais. Aqui o tradicional é consciência do presente, das lutas de hoje, como o grupo está estabelecendo sua relação com os meios de produção, Almeida (2006) complementa: “O tradicional nada tem a ver com imemorial. O tradicional não tem a ver com história, com reminiscência, com origem, com resíduo, com que sobrou (...) o tradicional é essa forma que nós estamos dizendo, é uma cultura, é uma maneira de ser” (ALMEIDA, 2006, p.66).

As populações alvo de nosso estudo convivem com a diversidade de atividades de produção, pois praticam a coleta de frutos nativos de época, a pesca, o artesanato da palha do buriti e a pequena agricultura (cultivo da mandioca, milho, feijão, arroz, hortaliças).

No enfrentamento ao capital desordenado e ameaçador temos o exemplo do MIQCB<sup>10</sup>, enquanto movimento organizado desde 1991, essas mulheres já realizaram vários encontros, mobilização, formações, eleições, organizações de regionais, de

<sup>10</sup>O Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu articula seis (06) regiões: Médio Mearim, Baixada, Tocantina (Imperatriz e municípios vizinhos), no estado do Maranhão; Bico do Papagaio, no estado do Tocantins; Palestina, no estado do Pará; Esperantina, no estado do Piauí.



cooperativas, reinserindo as quebradeiras e suas famílias num espaço ativo de cidadania, lutando pelo respeito a sua cultura e ao mesmo tempo pela quebra do ciclo de pobreza e da carência e continuando um processo de valorização, econômica, social e político onde algumas de suas reivindicações são bastante precisas em suas bandeiras de luta como: Livre acesso aos babaçuais, geração de renda, reforma agrária, luta contra as queimadas e aos grandes empreendimentos ou agronegócio reconhecimento e fortalecimento da identidade.

Outro ponto a ser ressaltado é que as *quebradeiras de coco babaçu* estão organizadas em diferentes unidades de mobilização, tais como cooperativas, associações, grupos de mulheres e outras. Essas unidades de mobilização funcionam em rede o que pode ser um elemento no enfrentamento desse sistema que invade os espaços dessas populações tradicionais. Almeida (1995) considera que desde fins dos anos 80 essas unidades de mobilização já estavam se constituindo.

As quebradeiras de coco babaçu enfrentam dificuldades para adquirir o côco, porque a maioria dos babaçuais encontra-se em áreas privadas. São inúmeros os impedimentos de acesso aos babaçuais como, por exemplo, quebra da alça do jacar<sup>11</sup>, cerca elétrica além de outras formas de sujeição como, quebra de meia, venda por vale dentre outros.

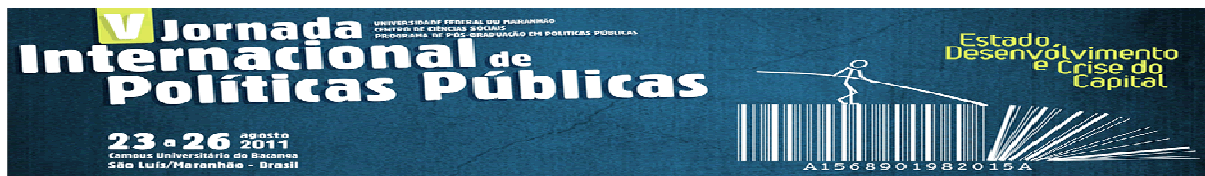
Percebemos que a realidade vivida por essas mulheres é sempre muito difícil, as condições de vida nem sempre condizem com o desejado, e analisamos que ainda haverá muitas lutas para mudar o contexto social e econômico no qual vive as quebradeiras de coco babaçu. No entanto o depoimento de Dona Dijé<sup>12</sup> ilustra como a luta política se reflete na luta cotidiana pela sobrevivência:

Um quilo de coco é vendido por 1,0 R\$. Mas, antigamente, lá em Monte Alegre, a gente tinha que quebrar 5 quilos de coco pra comprar 1 quilo de arroz. Sei de comunidades em que 10 quilos de coco valiam 1 quilo de arroz. Hoje, quebramos o coco e recebemos o dinheiro na hora. Isso foi uma grande mudança, porque, durante muito tempo, entregamos as amêndoas em troca de vale, um pedacinho de papel com o valor escrito. Se aquele pedacinho de papel se perdesse, nós perdíamos o dinheiro... Uma boa quebradeira de coco consegue tirar 10 quilos, na média (BRINGELO: 2009).

<sup>11</sup> O jacar é um cesto feito artesanalmente, onde as mulheres colocam o coco babaçu pendurado por uma corda em um animal, ou seja, elas catam o coco e lavam para casa no jacar.

<sup>12</sup> Maria de Jesus Ferreira Bringelo, conhecida como Dona Dijé, que tem 57 anos, é quilombola e quebradeira de coco da Comunidade de Monte Alegre. É uma das fundadoras do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) e atual coordenadora do MIQCB, além disso, já foi coordenadora de políticas públicas da Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (Assema). Dona Dijé é mãe de cinco filhos e hoje é uma liderança que está à frente de várias bandeiras de luta.





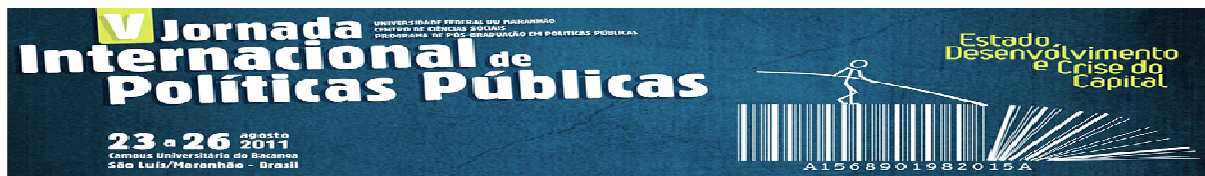
Apesar dos problemas diferenciados, vivenciados em cada uma das denominadas *regionais*, a *regional* da Baixada, por exemplo, há uma luta constante contra o búfalo; na regional do Mearim as mulheres têm que enfrentar as pastagens que os grandes fazendeiros fazem para os seus gados; na regional de Imperatriz há uma constante luta contra a soja, enfim, as quebradeiras anos após ano lutam contra o agronegócio e contra uma visão homogeneizante da economia. Assim, o reconhecimento dessa identidade vem atrelado à luta contra um processo de modernização conservadora que insiste em manter intocáveis as estruturas fundiárias no Brasil como a relação de trabalho apoiada na submissão de quem trabalha no campo.

O MIQCB, como um instrumento institucionalizado que as representa nas esferas executiva, legislativa e junto a outros espaços de lutas que as permite agir institucionalmente nas esferas executiva a partir da participação em reuniões com governadores, ministros, prefeitos e secretários de estado. Na esfera legislativa, elegendo suas representantes nas câmaras municipais, propondo projeto de Lei, constroem dessa forma espaço e reforço a luta.

#### 4. Conclusão

Os chamados grandes projetos, como Carajás, aumentam a concentração fundiária e as migrações, além de provocar devastação na floresta Amazônica. Neste processo ocorre conseqüentemente uma supervalorização de espaços agrários e a negação dos direitos das populações tradicionais. As técnicas e práticas tradicionais de trabalho e vivência cotidiana dos grupos sociais locais sofrem alterações sócio-culturais e econômicas marcantes fruto da expansão econômica do capital.

O referido desenvolvimento vem provocando muitas mudanças, entre as quais destacamos: a terra, que deixou de ter valor de uso e passou a ter valor de troca; a desvinculação gradativa do grupo familiar das atividades culturais tradicionais herdadas de seus antepassados; o discurso contraditório governamental e não governamental sobre desenvolvimento e sustentabilidade em relação às comunidades locais e suas identidades sócio-culturais.



Buscamos compreender os processos de transformação, suas contradições e suas potencialidades, pois para a dialética nada escapa ao movimento, à mudança, às transformações da história. O conhecimento tem sentido quando revela as alienações, as opressões e as misérias da atual fase de desenvolvimento da humanidade; assim, questionamentos e críticas são os determinantes nesse processo de pesquisa.

## 5. Referências

ALMEIDA, Alfredo W. B. Identidades, territórios e movimentos sociais na Pan-Amazônia. In: MARIN, Rosa E. Azevedo. Populações tradicionais: questões de terra na Pan-Amazônia. Belém. UNAMA, 2006.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. **Quebradeira de côco babaçu. Identidade e mobilização.** São Luís: MIQCB, 1995.

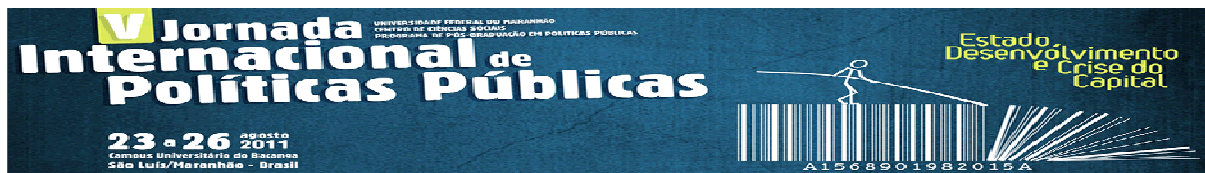
ARAUJO, Tânia Bacelar. Ensaio sobre o Desenvolvimento Brasileiro: Heranças e Urgências. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

-----, **Nordestes e nordestes: oportunidades e desafios.** Publicação – Fundação Perseu Abramo, 2008.

BARRETTO, M. Relações entre visitantes e visitados: um retrospecto dos estudos sócio-antropológico. **Revista Turismo em Análise.** Vol. 15, n.2. nov. 2004.

BUONICORE, A. C. A formação do estado burguês no Brasil – primeira parte. 7 nov. 2003. Disponível no site El Caballero de La [esperanza.com](http://esperanza.com)

CASTRO-GOMEZ, Santiago. Ciências Sociais, violência epistêmica e o problema da invenção do outro. In: LANDER, E.(Org). A colonialidade do saber: eurocentrismo e as ciências sociais. Buenos Aires: CLACSO(Conselho Latinoamericano de Ciências Sociais), 2005.



Dados do IBGE disponível no site: (<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm>)  
acessado em 22 de março de 2011.

GRAMISCI, A . A questão meridional. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HABERMAS, Jurgem. **Conhecimento e interesse**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção Agrícola Municipal (PAM)**: 1990 a 2004. Disponível em <[http:// www.sidra.ibge.gov.br/bda/acervo](http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/acervo) >. Acesso em janeiro de 2010.

LOWY, Michel. Teoria do desenvolvimento desigual e combinado. Out.73 traduzido por Henrique Carneiro. (sd) disponível em:  
[WWW.revistaoutubro.com.br/edicoes/01/out01\\_06.pdf](http://WWW.revistaoutubro.com.br/edicoes/01/out01_06.pdf). acesso em 20/03/2011.

Mesquita, Benjamim Alvino de: Desenvolvimento econômico recente do Maranhão: uma análise do crescimento do PIB e perspectivas. São Luis: IMESC, 2008.

OLIVEIRA, F. Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste Planejamento Conflito de Classe. 6ª Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1982.

SMDH. **Programa Cidadania Ativa no Baixo Parnaíba**. Sociedade Maranhense de Direitos Humanos. 2005.

Entrevistas:

**BRINGELO, Maria de Jesus Ferreira. São Luis. 2009.**

**V** Jornada  
**Internacional de**  
**Políticas Públicas**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

**23 a 26** agosto  
**2011**  
Campus Universitário de Bocaina  
São Luís/Maranhão - Brasil

